



128ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DISTRITAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

1 Aos dezoito dias de abril de dois mil e vinte e dois, às 14h30, reuniu-se o Conselho Distrital de
2 Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, por videoconferência pelo aplicativo Google Meet,
3 estando presentes Allysson Rodrigues Prata (Associação Ceilandense de Lésbicas, Gays, Bissexuais,
4 Travestis e Transexuais do DF – ACLGBT); Elianildo da Silva Nascimento (URI BRASÍLIA- Iniciativas
5 das Religiões Unidas); Wesley Silva Carvalho (Comissão de Defesa dos Direitos Humanos,
6 Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal); Fernando Pereira
7 da Costa (ACREDITAR -Transformando Vidas); Priscila Nolasco de Oliveira (Secretaria de Estado de
8 Saúde do Distrito Federal); Eduardo de Oliveira Castro (Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia
9 e Inovação do Distrito Federal); Gustavo Martins Simão (Villa Samaritana); Phellip Alexandre
10 Alcântara Ponce (OAB-DF- Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Distrito Federal); Jônatas
11 Duarte Soares (Federação Centro Oeste de Comunidades Terapêuticas – FECONTE); Rodrigo
12 Barbosa da Silva (Secretaria de Justiça e Cidadania); Igor Carvalho (Associação Brasileira de
13 Deficientes Visuais – ABDV); Aníbal Araújo Perea (Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito
14 Federal); Aliane Marques de Almeida (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; Alacides
15 Borges Ferreira (Instituto Brasil Solidariedade – IBIS); Eduardo de Oliveira Castro (Secretaria de
16 estado de Ciência, Tecnologia e Inovação); Maria de Fátima Alves dos Santos (Associação
17 Comunitária Pró Vida de Sobradinho – DF); Lívia Borges Lopes de Araújo (Associação DF DOWN);
18 **ITEM 1)** Leitura e aprovação da pauta da 128ª Reunião Ordinária. **ITEM 2)** Aprovação das Atas das
19 Reuniões Ordinárias 126ª; 127ª e da Reunião Extraordinária, ocorridas respectivamente nos dias
20 16 de fevereiro; 21 e 29 de março do corrente ano – Todas as Atas foram aprovadas pelo pleno.
21 **ITEM 3)** Criação do GT de Intolerância Religiosa e/ou Racismo Religioso - Interlocutor: Alacides
22 Borges Ferreira, representante da Sociedade Civil – O Conselheiro Alacides Ferreira iniciou sua fala
23 com a leitura do texto da Constituição Federal, artigo 5º, VI, que “estipula ser inviolável a
24 liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e
25 garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias”, salientou que nos
26 últimos anos em todo país, os ataques as instituições religiosas aumentaram, principalmente as
27 religiões de matriz africana, com invasões, a quebra de imagens, sem excluir o preconceito com
28 outras religiões. Informou que o objetivo da criação do GT é combater qualquer tipo de
29 intolerância, incentivar o diálogo entre esses movimentos. O Conselheiro Elianildo Nascimento
30 reiterou a importância da criação do GT e informou ao pleno, períodos que aconteceram crimes
31 de intolerância a essas religiões de matriz africana, por setores do cristianismo, com invasões aos
32 templos. O Conselheiro Igor Carvalho manifestou apoio ao GT, pontuou a fala do Conselheiro
33 Elianildo Nascimento, informando que no contexto em que está se discutindo a criação de um GT
34 para combater a discriminação religiosa, que todas as instituições religiosas são constituídas de
35 pessoas, que a violência não tem sexualidade, religião e nem cor de pele, ela tem que ser
36 combatida ao rigor da lei, independentemente de onde vem. O Conselheiro Fernando Costa
37 informou está de acordo com a criação do GT, que lei de execução penal, desrespeita o preso,
38 não permitindo a ele, ser assistido religiosamente dentro do complexo penitenciário. O
Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos



39 Conselheiro Allysson Prata parabenizou o Conselheiro Alacides pela criação do GT, falou da
40 historicidade da religião de matriz africana, ressaltando que até hoje as pessoas que frequentam
41 terreiros são discriminadas, pela cor das entidades que são cultuados dentro dos terreiros.
42 Informou que o Distrito Federal possui uma dívida com os povos de matriz africana, pois deslocou
43 os terreiros para o entorno, reforçando a discriminação com todos os povos de terreiros e com a
44 população negra. O Presidente Gustavo pediu atenção ao pleno, quanto a inclinação somente para
45 as religiões de matriz africana, por ser tratar de Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos
46 Direitos Humanos, que pode receber denúncias de qualquer religião. Ressaltou a importância da
47 parceria com o Conselho de Igualdade Racial. Pediu ao conselho tranquilidade para trabalhar com
48 o processo como todo. A Conselheira Priscila Oliveira, indagou que tendo em vista, que já existe
49 um comitê de diversidade religiosa, a criação do GT não poderia gerar uma sobreposição de ações?
50 O Conselho não deveria fortalecer os espaços já existentes? O Presidente Gustavo Simão reiterou
51 sua fala da reunião passada, no sentido que é muito mais fácil o Conselho se alinhar com quem já
52 trabalha com essa pauta, apoiar as falas, do que trabalhar com outras questões paralelas, informou
53 que apesar da sua fala, o conselheiro Alacides entendeu que seria melhor encaminhar essa pauta
54 da criação do GT, nesse contexto não viu problema. Finalizou comunicando que o cuidado que o
55 conselho precisa ter é de não atropelar as deliberações de outros conselhos, mas somar nos
56 diversos temas como Conselho de Direitos Humanos, que todos os conselheiros têm a mesma
57 autonomia dentro do Conselho. O conselheiro Alacides reforçou que o intuito é somar,
58 independentemente de qualquer crença. O conselheiro Allysson Prata, complementou
59 informando que a pauta de direitos humanos precisa ser discutida em qualquer espaço, não
60 havendo impedimento para a criação de grupos de trabalho e Gts. Aprovado criação do GT, com a
61 manifestação de fazer parte do grupo, os conselheiros Alacides Borges Ferreira, Camila Portela
62 Alexandre, Allysson Rodrigues Prata e Elianildo da Silva Nascimento. **ITEM 4)** Devolutiva sobre a
63 falta de médicos no Hospital do Gama, reportagem. Interlocutora: Deniz Catarina Lopes Aguiar
64 Araújo, representante da Sociedade Civil – Solicitação de prorrogação do prazo de 30 dias, para
65 entrega do relatório – Prorrogação aprovada pelo pleno. **ITEM 5)** Indicação de 3 (três) conselheiros
66 (as), para a participação do 6º Encontro Nacional da Rede de Conselhos de Direitos Humanos e 8ª
67 Reunião Ampliada dos Conselhos Estaduais, Distrital e Nacional de Direitos Humanos. Interlocutor:
68 Gustavo Martins Simão, Presidente do CDPDDH – Participam os Conselheiros Allysson Prata,
69 Elianildo Nascimento e Phellip Ponce. **ITEM 6)** Acolhimento denúncia de agressão a um entregador
70 de aplicativo. Interlocutora: Adriana Guadalupe, Secretária-Executiva. A Secretária Executiva,
71 apresentou a denúncia ao pleno e o Presidente solicitou que um conselheiro acolha a denúncia,
72 de forma a ser relator. O relator da denúncia será o Conselheiro Allysson Prata. **ITEM 7)**
73 Acolhimento da denúncia de perseguição política, por parte de vizinhos. Interlocutora: Adriana
74 Guadalupe, Secretária-Executiva. Com relação a essa denúncia também, a Secretaria Executiva
75 apresentou e o conselheiro Igor Carvalho, acolheu a denúncia para ser relator. **ITEM 8)**
76 Apresentação de Candidatura para Vice-Presidente do CDPDDH. Interlocutor: Gustavo Martins
77 Simão, Presidente do CDPDDH – O Presidente explanou a vacância do cargo de Vice-Presidente,
78 com a saída do conselheiro Juvenal Araújo Junior, substituído pelo conselheiro Rodrigo Barbosa





79 da Silva, Subsecretário de Políticas para Crianças e Adolescentes, conforme publicação no DODF.
80 Comunicou sobre a disponibilidade do Conselheiro para ocupar o cargo de Vice-Presidente, como
81 representante governamental, além de ser a única candidatura apresentada ao Conselho. Sugeriu
82 ao pleno que em vez de abrir todo o processo eleitoral, conforme previsto no Regimento Interno
83 do Conselho, seria mais plausível fazer uma carta de apresentação e uma votação por aclamação,
84 tendo em vista, a dificuldade de deslocamento dos conselheiros para a votação. O conselheiro
85 Allysson Prata informou que não seria possível fazer a eleição na presente reunião, pois o conselho
86 teria que seguir os trâmites legais contidos no Regimento Interno do CDPDDH e também precisaria
87 ter o quórum qualificado de maioria absoluta, conforme o regimento cita. Dessa forma a eleição
88 ficará para a próxima reunião ordinária. **ITEM 9)** Outros Assuntos – O Presidente Gustavo Simão
89 informou ao pleno sobre o novo espaço físico ocupado pelo Conselho, que irá garantir a recepção
90 das denúncias e a realização de reuniões, além de ficar à disposição do Conselho. O conselheiro
91 Phellip Ponce pontuou a questão da AMA, ressaltou a não participação da Instituição na reunião
92 em que esteve presente representantes da Secretaria de Estado de Saúde. Informou que a AMA
93 continua no mesmo espaço físico, mas ainda existe a determinação judicial para desocupação.
94 Sugeriu oficial ou fazer uma nova recomendação, para a realização de audiência pública, para que
95 o Conselho consiga dar um suporte mais efetivo a AMA. O Presidente informou que para a
96 realização de uma nova reunião, o Conselho precisa ter documentos possam subsidiar o Conselho
97 juridicamente. O conselheiro Igor Carvalho reconheceu a sua responsabilidade dentro do
98 processo da AMA e ressaltou que faltou esforços por parte dos representantes da área
99 administrativa da Secretaria de Estado de Saúde. A conselheira Priscila Oliveira reforçou que
100 conforme a fala da área técnica, não havia interesse da Instituição para a mudança de local.
101 Ressaltou que o olhar técnico tem a sua importância, pois analisa como todo o processo, na política
102 pública. O conselheiro Allysson Prata explanou que não era o momento para a Secretaria de Estado
103 de Saúde participar da reunião, sem todos os interessados presentes. Reiterou a importância do
104 Conselho em convocar uma audiência pública, com a AMA e os órgãos responsáveis. O
105 Conselheiro Aníbal Perea reafirmou que o processo já está transitado e julgado, e que não há
106 interesse da AMA em mudar o local de atendimento. Indagou ao pleno a importância da
107 objetividade dos interessados, na audiência pública. Ficou deliberado pelo pleno que o
108 Conselheiro Phillipe Ponce irá verificar com a AMA para onde os adolescentes estão sendo
109 encaminhados para atendimento, e se famílias deixaram de receber atendimento, para que
110 posteriormente o Conselho possa oficial a Secretaria de Estado de Saúde. Sem mais para o
111 momento, a reunião foi encerrada às 17h10, sendo que eu, Adriana Guadalupe Avilez do Amaral,
112 Secretária-Executiva do Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, lavrei a
113 presente ata.

